

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

6

TUTELA PROVISÓRIA

COORDENADORES

Eduardo José da Fonseca Costa

Mateus Costa Pereira

Roberto P. Campos Gouveia Filho

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

G752 Grandes temas do Novo CPC, v. 6: tutela provisória / coordenador geral, Fredie Didier Jr.; coordenadores, Mateus Pereira, Roberto Gouveia, Eduardo José da Fonseca Costa. – Salvador: Juspodivm, 2 ed., 2018.
704 p.

Bibliografia.

Vários autores.

ISBN 978-85-442-2253-9.

1. Processo civil - Brasil. 2. Processo civil - Legislação - Brasil I. Didier Jr., Fredie. II. Pereira, Mateus. III. Gouveia, Roberto. IV. Costa, Eduardo José da Fonseca. V. Título: tutela provisória.

CDD 347.05

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Apresentação	21
---------------------------	-----------

PARTE I

ASPECTOS GERAIS E CONTROVERTIDOS

Capítulo 1 ► A tutela provisória no ordenamento jurídico brasileiro: a nova sistemática estabelecida pelo CPC/2015 comparada às previsões do CPC/1973	27
--	-----------

Aluisio Gonçalves De Castro Mendes e Larissa Clare Pochmann da Silva

INTRODUÇÃO.....	27
1. O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: TRANSFORMAÇÕES NAS ACEPTÕES DE PROCESSO A PARTIR DA TÉCNICA PROCESSUAL	28
2. AS TUTELAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA: DO CPC/73 À NOVA SISTEMÁTICA DO CPC/2015	30
3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA.....	33
4. A TUTELA DE URGÊNCIA	35
4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À TUTELA DE URGÊNCIA	35
4.2. A TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE	37
4.3. A TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE	38
5. A TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	42
6. A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA.....	44
7. CONCLUSÃO.....	47
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

Capítulo 2 ► Morte processual da ação cautelar?	51
--	-----------

Adriano Soares da Costa

1. INTRODUÇÃO: A DEBACLE DA ORDINARIEDADE.....	51
2. A UNIVERSALIZAÇÃO DA SUMARIEDADE.....	54
3. DISTINÇÃO ENTRE AÇÃO CAUTELAR E MEDIDA CAUTELAR: A PRETENSÃO MATERIAL, PRÉ-PROCESSUAL E PROCESSUAL À SEGURANÇA NO CPC-15.....	56
3.1. DIREITO SUBJETIVO À SEGURANÇA	56
3.2. “AÇÃO” CAUTELAR SEM DIREITO SUBSTANCIAL À SEGURANÇA	57

3.3. MEDIDAS PREVENTIVAS SEM AÇÃO CAUTELAR.....	58
3.4. MEDIDAS CAUTELARES OPE IUDICIS.....	60
4. PROCEDIMENTO BINÁRIO: AÇÃO CAUTELAR COMO ANTECEDENTE DA AÇÃO PRINCIPAL EMBUTIDA.....	61
5. AÇÃO CAUTELAR EMBUTIDA E A IMPOSSIBILIDADE DE FUSÃO PRÁTICA DAS TUTELAS DE URGÊNCIA.....	64
6. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS: RÉQUIEM DAS AÇÕES CAUTELARES E O PODER GERAL DE TUTELA DE URGÊNCIA.....	65
7. BIBLIOGRAFIA.....	66

Capítulo 3 ► Certidão de Regularidade Fiscal e tutela de urgência satisfativa autônoma..... 69

Eduardo José da Fonseca Costa e Roberto P. Campos Gouveia Filho

1. INTRODUÇÃO.....	69
2. A TUTELA DE URGÊNCIA SATISFATIVA AUTÔNOMA: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E ANALÍTICAS.....	70
3. A POSSIBILIDADE DO USO DA VIA PROCESSUAL CAUTELAR PARA A OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL.....	72

Capítulo 4 ► O “arresto” de navios e o novo Código de Processo Civil 77

Mônica Pimenta Júdice e Werner Braun Rizk

1. INTRODUÇÃO.....	77
2. O “ARRESTO” DE NAVIOS NA COMMON LAW E NA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ARRESTOS.....	78
3. O “ARRESTO” DE NAVIOS DO DIREITO BRASILEIRO.....	81
3.1. A NATUREZA E AS HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	81
3.2. O CRÉDITO NAVAL.....	84
3.2.1. PRIVILÉGIO MARÍTIMO.....	85
3.3. DA DEFASAGEM DA LEI MATERIAL BRASILEIRA E DO DESCOMPASSO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE 1952.....	89
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
5. BIBLIOGRAFIA.....	98

Capítulo 5 ► Da tutela provisória: um esboço de conceituação e classificação da antecipação dos efeitos da tutela, da tutela cautelar e da tutela de evidência..... 99

Frederico Augusto Leopoldino Koehler e Gabriela Expósito Tenório Miranda

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E A MULTIVOCIDADE SEMÂNTICA DO TERMO TUTELA.....	99
--	----

2.	ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA X TUTELA CAUTELAR.....	100
3.	O PROBLEMA DA SUMARIEDADE DA COGNIÇÃO.....	103
4.	PRESSUPOSTO GENÉRICO PARA A TÉCNICA ANTECIPATÓRIA: O JUÍZO DE SIMPLES VEROSSIMILHANÇA (<i>FUMUS BONI JURIS</i>).....	104
5.	A URGÊNCIA NA SATISFAÇÃO DO DIREITO AFIRMADO E A EVIDÊNCIA DA AFIRMAÇÃO SOBRE ELE: CONTINGÊNCIA, NUM MOMENTO, E CUMULATIVIDADE, NOUTRO, DE TAIS PRESSUPOSTOS PARA A AQUISIÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL À TÉCNICA ANTECIPATÓRIA.....	108
5.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	108
5.2.	TUTELA ANTECIPADA FUNDADA NO PERIGO: A URGÊNCIA COMO PRESSUPOSTO PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA.....	109
5.3.	A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA COM BASE APENAS NO JUÍZO DE SIMPLES VEROSSIMILHANÇA: A CHAMADA TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	110
5.3.1.	CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS.....	110
5.3.2.	A TESE DE LUIZ FUX.....	111
5.3.3.	A TESE DE EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA.....	112
6.	CONCLUSÃO.....	112
7.	BIBLIOGRAFIA.....	113

Capítulo 6 ► Flexibilização procedimental no quadro da tutela jurisdicional diferenciada..... 115

Paulo Henrique dos Santos Lucon

1.	FLEXIBILIDADE PROCEDIMENTAL E TUTELA DIFERENCIADA.....	115
2.	A ABRANGÊNCIA DO CONCEITO DE TUTELA JURISDICIONAL DIFERENCIADA.....	116
3.	ESCOPO CENTRAL: TEMPESTIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL.....	117
4.	TUTELA ANTECIPADA E EXECUÇÃO PROVISÓRIA.....	118
5.	TUTELA ANTECIPADA E TUTELA DIFERENCIADA: ESPÉCIE E GÊNERO.....	123
6.	RUMO À CISÃO DO JULGAMENTO DE MÉRITO E À ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA: O AVANÇO DO NCPC.....	126
7.	AINDA A CISÃO DO MÉRITO: JULGAMENTO ANTECIPADO E PARCIAL.....	132
8.	RIGIDEZ PROCEDIMENTAL: VANTAGENS E INCONGRUÊNCIAS.....	134
9.	REQUISITOS PARA FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL.....	135
10.	MODELOS DE FLEXIBILIZAÇÃO.....	136
11.	FLEXIBILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO NO NCPC.....	138
12.	À GUIA DE CONCLUSÃO.....	139
13.	BIBLIOGRAFIA.....	140

Capítulo 7 ► Responsabilidade pelos danos decorrentes da efetivação de tutelas de urgência em caso de “insucesso final” da ação de improbidade administrativa: breve análise a partir do CPC/15.....	145
<i>Rodrigo Mazzei e Bruno Pereira Marques</i>	
1. RESENHA INTRODUTÓRIA	145
2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE A TUTELA DE URGÊNCIA.....	147
3. OBJETIVOS DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	149
4. A TUTELA DE URGÊNCIA NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	153
4.1. CONSEQUÊNCIAS DA TUTELA DE URGÊNCIA EM SEDE DE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOB A PERSPECTIVA DO RÉU	158
5. A RESPONSABILIDADE PELA TUTELA DE URGÊNCIA EM CASO DE “INSUCESO” DA AÇÃO DE IMPROBIDADE.....	161
5.1. EFEITOS DO “INSUCESO” DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUANDO DEFERIDA TUTELA DE URGÊNCIA.....	166
6. BREVE FECHAMENTO.....	172
7. BIBLIOGRAFIA	174

Capítulo 8 ► Ontologia processual e a superação do óbice da irreversibilidade para a concessão de medidas antecipatórias por meio do princípio da proporcionalidade no CPC-2015.....	177
---	------------

Alexandre Freire Pimentel e Camila Terezinha Arruda de Andrade

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS: DISTINGUINDO ENTRE IRREVERSIBILIDADE DA DECISÃO JUDICIAL E A IRREVERSIBILIDADE DOS EFEITOS POR ELA IRRADIADOS	177
2. DO CONCEITO DE IRREVERSIBILIDADE	183
3. DO RECONHECIMENTO DE UMA IRREVERSIBILIDADE RECÍPROCA COMO MEIO DE SUPERAÇÃO DO PRESSUPOSTO NEGATIVO AO DEFERIMENTO	187
4. A SUPERAÇÃO DO ÓBICE À CONCESSÃO DE MEDIDAS ANTECIPATÓRIAS IRREVERSÍVEIS PELO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	187
5. REVERSIBILIDADE E PROPORCIONALIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
6. BIBLIOGRAFIA	193

Capítulo 9 ► Técnica da ponderação e irreversibilidade das tutelas de urgência no Código de Processo Civil de 2015 (art. 300, § 3º).....	195
---	------------

Fernando Gama de Miranda Netto

1. INTRODUÇÃO	195
---------------------	-----

2.	ANTECEDENTES LEGISLATIVOS	196
3.	DIREITOS FUNDAMENTAIS E O DOGMA DO INDEFERIMENTO EM CASO DE IRREVERSIBILIDADE....	198
4.	IRREVERSIBILIDADE FÁTICA E IRREVERSIBILIDADE JURÍDICA.....	200
5.	SOBRE A POSSIBILIDADE DE SER RELATIVIZADO O DOGMA DA IRREVERSIBILIDADE.....	202
6.	ALCANCE DO TERMO IRREVERSIBILIDADE.....	205
7.	MOLDURA DA IRREVERSIBILIDADE.....	206
8.	IRREVERSIBILIDADE E TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR	209
9.	EXCESSO LEGISLATIVO?.....	210
10.	SOBRE A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO DE INTERESSES.....	212
11.	PONDERAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA	216
12.	PARÂMETROS A SEREM OBSERVADOS.....	217
13.	CONCLUSÃO.....	222
14.	REFERÊNCIAS.....	223
 Capítulo 10 ► Arbitragem e a tutela provisória no CPC/15.....		233
<i>Eduardo Talamini</i>		
1.	INTRODUÇÃO	233
2.	PREMISSAS.....	234
2.1.	AUSÊNCIA DE PODER ARBITRAL COERCITIVO.....	234
2.2.	A CONVENÇÃO ARBITRAL NÃO AFASTA O DIREITO À PLENA E ADEQUADA TUTELA.....	235
3.	A DIVISÃO DE TAREFAS ENTRE JUIZ E ÁRBITRO NA TUTELA DE URGÊNCIA.....	236
3.1.	A DISCIPLINA ANTERIOR À LEI 9.307	236
3.2.	A INTERPRETAÇÃO ASSENTE APÓS A LEI DE ARBITRAGEM.....	237
3.3.	A COMPETÊNCIA JUDICIAL PARA A EXECUÇÃO DA DECISÃO URGENTE.....	237
3.4.	AS MEDIDAS URGENTES PRÉVIAS À ARBITRAGEM: A COMPETÊNCIA JUDICIAL.....	238
3.5.	ATIVIDADE JUDICIAL URGENTE PRÉ-ARBITRAL E A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	239
3.6.	TUTELA JUDICIAL ANTECIPADA PRÉVIA À ARBITRAGEM	240
3.7.	A NATUREZA JURÍDICA DA ATUAÇÃO JUDICIAL URGENTE PRÉVIA À ARBITRAGEM.....	241
3.8.	COMPETÊNCIA JUDICIAL SUBSIDIÁRIA.....	242
3.9.	PROCEDIMENTO ARBITRAL DE EMERGÊNCIA	243
3.10.	EXCLUSÃO CONVENCIONAL DE PODER ARBITRAL PARA TUTELA URGENTE.....	246
3.11.	A CONFIRMAÇÃO JURISPRUDENCIAL.....	246
3.12.	A CONFIRMAÇÃO LEGISLATIVA	247
4.	A DISCIPLINA DA TUTELA JUDICIAL URGENTE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	247
4.1.	TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	248

4.2.	TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR E ANTECIPADA.....	248
4.3.	ELIMINAÇÃO DA DUPLICIDADE DE PROCESSOS.....	248
4.4.	O ÔNUS DA FORMULAÇÃO DO PEDIDO PRINCIPAL.....	249
4.5.	ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA.....	249
4.6.	ENFRAQUECIMENTO DA UNICIDADE DE REGIME DAS MEDIDAS URGENTES.....	249
4.7.	TÉCNICA MONITÓRIA.....	250
5.	TUTELA JUDICIAL URGENTE AUXILIAR À ARBITRAGEM: DUPLICIDADE DE PROCESSOS.....	251
6.	ARBITRAGEM E TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	252
7.	INAPLICABILIDADE DA ESTABILIZAÇÃO À TUTELA ANTECIPADA PRÉ-ARBITRAL.....	252
7.1.	PRECARIIDADE DA COMPETÊNCIA JUDICIAL PRÉ-ARBITRAL.....	253
7.2.	A FINALIDADE PRIMORDIAL DA ESTABILIZAÇÃO.....	253
7.3.	A “PACIFICAÇÃO SOCIAL” E O INCENTIVO À JUDICIALIZAÇÃO.....	254
7.4.	O INCENTIVO AO RECURSO.....	257
7.5.	A CONFIRMAÇÃO NO TEXTO DA LEI: O ÔNUS DE INSTAURAÇÃO DA ARBITRAGEM.....	257
7.6.	ARREIMATE DO TÓPICO.....	258

Capítulo 11 ► O árbitro de urgência: a concentração de atos decisórios na arbitragem e aspectos processuais relevantes do modelo internacional 259

Alberto Jonathas Maia

1.	INTRODUÇÃO.....	259
2.	O ÁRBITRO DE URGÊNCIA.....	260
3.	O JUIZ ESTATAL DE URGÊNCIA.....	266
4.	O PROCEDIMENTO DE URGÊNCIA: O MODELO DA CCI E APROXIMAÇÕES COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	269
5.	CONCLUSÃO.....	272
6.	BIBLIOGRAFIA.....	273

PARTE II

TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

Capítulo 12 ► Estabilização, imutabilidade das eficácias antecipadas e eficácia de coisa julgada: uma versão aperfeiçoada 277

Roberto P. Campos Gouveia Filho, Ravi Peixoto e Eduardo José da Fonseca Costa

1.	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	277
----	-----------------------------	-----

2.	AS OPINIÕES DOUTRINÁRIAS	278
3.	DA ESTABILIZAÇÃO À IMUTABILIDADE DAS EFICÁCIAS ANTECIPADAS	284
3.1.	POR UMA NOÇÃO DE COISA JULGADA	284
3.2.	OUTROS NÍVEIS DE ESTABILIDADE E O PROBLEMA DA ESTABILIZAÇÃO DO ART. 304, CPC ..	287
3.3.	A IMUTABILIDADE DAS EFICÁCIAS ANTECIPADAS	292
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	295
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	296

Capítulo 13 ► Estabilização da tutela de urgência..... 299

Adriano Soares da Costa

0.	SEGURANÇA E ESTABILIDADE NA PÓS-MODERNIDADE LÍQUIDA PROCESSUAL	299
1.	DANO IRREPARÁVEL E PERICULUM IN MORA: SEGURANÇA PARA EXECUÇÃO E EXECUÇÃO PARA SEGURANÇA.....	302
2.	DEFINITIVIDADE E PROVISORIEDADE; INDISCUTIBILIDADE E IMPRECLUSIVIDADE.....	304
3.	CONTEÚDO E EFEITOS DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA.....	307
4.	CONTEÚDO E EFEITOS DOS PROVIMENTOS ANTECIPATÓRIOS EM COGNIÇÃO SUMÁRIA.	310
5.	INDISCUTIBILIDADE OU DEFINITIVIDADE: A ESTABILIZAÇÃO DOS EFEITOS DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	312
6.	ASPECTOS DO RITO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECEDENTE E A ESTABILIZAÇÃO DÉBIL.	314
7.	POSIÇÕES DOUTRINÁRIAS SOBRE O TEMA EM FACE DO CPC-2015: UMA APROXIMAÇÃO DIALÓGICA.....	316
8.	CONCLUSÃO.....	320
9.	BIBLIOGRAFIA	320

Capítulo 14 ► Estabilidade Soberana da Tutela Provisória e Coisa Julgada: uma proposta de sistematização..... 323

Marcelo Barbi Gonçalves

1.	INTRODUÇÃO	323
2.	ANÁLISE DA POSIÇÃO QUE EQUIPARA A COISA JULGADA COM A ESTABILIDADE SOBERANA: DO SISTEMA MULTIFÁRIO DE ESTABILIDADES PROCESSUAIS	326
3.	ANÁLISE DA POSIÇÃO QUE EXCLUI QUALQUER TIPO DE IMUTABILIDADE DA TUTELA ESTABILIZADA	328
4.	EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PROCESSUAL E PROPOSITURA DA AÇÃO REVOCATÓRIA APÓS O PRAZO DECADENCIAL	330
5.	AMPLITUDE DA INDISCUTIBILIDADE DA SITUAÇÃO JURÍDICA DE VANTAGEM	331
6.	CONCLUSÃO.....	335
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	336

Capítulo 15 ► A Fazenda Pública e a estabilização da tutela antecipada antecedente	339
<i>Janaína Soares Noleto Castelo Branco</i>	
1. INTRODUÇÃO	339
2. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECEDENTE DESFAVORÁVEL AO ENTE PÚBLICO	339
3. REMESSA NECESSÁRIA NA ESTABILIZAÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	341
4. TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE NOS JUIZADOS ESPECIAIS	343
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	344
6. REFERÊNCIAS.....	345
Capítulo 16 ► A necessidade de separação da tutela provisória antecipada antecedente em duas espécies diferentes	347
<i>Vinicius Silva Lemos</i>	
1. INTRODUÇÃO	347
2. A TUTELA PROVISÓRIA NO CPC/2015	348
2.1 AS ESPÉCIES DE TUTELA PROVISÓRIA NO CPC/2015	349
3. OS MOMENTOS POSSÍVEIS DO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA	352
3.1. O PEDIDO INCIDENTAL	352
3.1.1. A TUTELA PROVISÓRIA REQUERIDA NA INICIAL.....	352
3.1.2. A TUTELA PROVISÓRIA REQUERIDA APÓS A INICIAL.....	353
3.2. O PEDIDO ANTECEDENTE.....	354
4. A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ANTECEDENTE	355
4.1. UM RITO ÚNICO RUMO A ESTABILIZAÇÃO?.....	356
4.2. O PROBLEMA DOS PRAZOS DE EXTINÇÃO: ADITAMENTO DO AUTOR E AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RÉU	360
4.3. A SOLUÇÃO VIA SISTEMATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS: DUAS ESPÉCIES DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ANTECEDENTE	362
4.3.1. A ANTECIPADA ANTECEDENTE REQUERIDA COMO VIA PARA A ESTABILIZAÇÃO.....	364
4.3.1.1. A NECESSIDADE DE OPTAR PELO RITO DO ART. 303 COMINADA COM O ART. 304 PARA GARANTIR A ESTABILIZAÇÃO.....	364
4.3.1.2. A DECISÃO PELA CONCESSÃO DA LIMINAR E AS CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS	365
4.3.1.3. A NECESSIDADE DO PRAZO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO SER ANTERIOR AO PRAZO DO ADITAMENTO DA INICIAL	366
4.3.1.4. A EXTINÇÃO SEM A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO E A SATISFAÇÃO COM A COGNIÇÃO SUMÁRIA	368
4.3.2. A ANTECIPADA ANTECEDENTE REQUERIDA SEM ESTABILIZAÇÃO E SOMENTE ANTECIPANDO A COGNIÇÃO DEFINITIVA.....	368

4.3.2.1.	A NECESSIDADE DE ESCLARECER QUE ALMEJA A COGNIÇÃO DEFINITIVA COM O ADITAMENTO DA INICIAL	369
4.3.2.2.	O PRAZO DO ADITAMENTO DA INICIAL PASSA A SER ANTERIOR OU CONCOMITANTE AO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	370
4.3.2.3.	A NÃO RECORRIBILIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO INFLUENCIA NA EXTINÇÃO.....	371
5.	A SISTEMATIZAÇÃO DE DUAS ESPÉCIES DE ANTECIPADAS ANTECEDENTES PARA UMA SIMETRIA PROCESSUAL.....	371
6.	BIBLIOGRAFIA	373

Capítulo 17 ► Tutela provisória antecipada antecedente: as duas espécies de estabilização propostas pelo art. 304 377
Vinicius Silva Lemos e Walter Gustavo da Silva Lemos

INTRODUÇÃO.....	377
1. A TUTELA PROVISÓRIA NO CPC/2015	379
1.1. AS ESPÉCIES DE TUTELA PROVISÓRIA NO CPC/2015	380
2. A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ANTECEDENTE	383
3. AS DUAS ESPÉCIES DE ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE.....	384
3.1. A ESTABILIZAÇÃO PROVISÓRIA: A EFICÁCIA PROVISÓRIA DE ATÉ 2 ANOS DA DECISÃO ESTABILIZADA.....	385
3.1.1. A EFICÁCIA ENQUANTO HOUVER INÉRCIA DAS PARTES.....	386
3.1.2. A POSSIBILIDADE DE REEXAME PELO JUÍZO QUANDO HOUVER NOVA AÇÃO.....	387
3.1.3. A IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO EM CARÁTER LIMINAR OU PROVISÓRIO NA NOVA AÇÃO PROPOSTA PELO RÉU ANTERIOR	388
3.1.4. O PRAZO DE 2 ANOS E A PROVISORIEDADE ENQUANTO SUA VIGÊNCIA	389
3.2. A ESTABILIZAÇÃO DEFINITIVA: A EFICÁCIA APÓS OS 2 ANOS DA DECISÃO ESTABILIZADA ...	389
3.2.1. A POSSIBILIDADE DE DEMANDAR SOBRE O MÉRITO.....	390
3.2.2. A IMPOSSIBILIDADE DE REVERSÃO DA TUTELA ESTABILIZADA.....	392
3.2.3. A NÃO FORMAÇÃO DA COISA JULGADA.....	392
4. CONCLUSÃO.....	394
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	395

Capítulo 18 ► Estabilização da tutela antecipada antecedente: tentativa de sistematização..... 397
Antonio de Moura Cavalcanti Neto

1. INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	397
2. O REGIME PRÓPRIO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	400

3.	ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA: TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO	403
3.1.	CONTEXTO HISTÓRICO E LEGISLATIVO	403
3.2.	OPÇÕES DO LEGISLADOR BRASILEIRO QUANTO À ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA	407
3.3.	CASOS PRÁTICOS DE APLICAÇÃO DOS ARTS. 303 E 304 DO CPC	417
4.	CONCLUSÃO.....	421
5.	BIBLIOGRAFIA	423

Capítulo 19 ► Tutela de urgência antecipada: um ensaio topográfico sobre sua satisfação..... 425

José Humberto Pereira Muniz Filho e Daniel Miaja Simões Guimarães

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	425
2.	A NATUREZA DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPATÓRIA	428
3.	A SATISFATIVIDADE DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA	430
4.	OS LIMITES DA SATISFATIVIDADE NAS TUTELAS ANTECIPADAS DE URGÊNCIA.....	432
4.1.	OS “MOMENTOS” DA SATISFATIVIDADE DA TUTELA ANTECIPATÓRIA DE URGÊNCIA.....	432
4.2.	O PERIGO DA IRREVERSIBILIDADE	435
4.3.	OS MEIOS DE CUMPRIMENTO DA TUTELA COMO A SATISFAÇÃO PROPRIAMENTE DITA.....	436
5.	A EFICÁCIA DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA E SATISFATIVIDADE	439
6.	EXPOSAR CONCLUSIVO	442

Capítulo 20 ► Por uma análise dos remédios jurídicos processuais aptos a impedir a estabilização da tutela antecipada antecedente de urgência 445

Ravi Peixoto

1.	INTRODUÇÃO	445
2.	A TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE NO CPC/2015.....	447
3.	ESPECIFICAMENTE A QUESTÃO DA ESTABILIZAÇÃO.....	449
3.1.	AS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS	449
3.1.1.	A NECESSIDADE DA DUPLA OMISSÃO – EDUARDO JOSÉ FONSECA DA COSTA	449
3.1.2.	O DOMÍNIO DO RÉU E A ESTABILIZAÇÃO.....	450
3.1.2.1.	O COMPLEMENTO DE FREDIE DIDIER JR, PAULA SARNO BRAGA E RAFAEL OLIVEIRA	451
4.	A POSTURA DO RÉU: UMA DISCUSSÃO ACERCA DAS FORMAS PARA IMPEDIR A ESTABILIZAÇÃO – EM BUSCA DE UM SUPORTE FÁTICO ADEQUADO PARA O TERMO “RECURSO”.....	452
4.1.	O AGRAVO DE INSTRUMENTOS (VARIAÇÕES).....	453

4.2. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	454
4.3. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	454
4.4. CONTESTAÇÃO	455
4.5. RECLAMAÇÃO	456
4.6. A SUSPENSÃO DE SEGURANÇA.....	457
5. CONCLUSÃO.....	457

Capítulo 21 ► Tutela provisória de urgência: premissas doutrinárias questionáveis + negligência da historicidade = equívocos legislativos..... 459

Mateus Costa Pereira

1. INTRODUÇÃO	459
2. ESCORÇO HISTÓRICO DAS TUTELAS PREVENTIVAS	461
3. TUTELA CAUTELAR X TUTELA INIBITÓRIA	464
3.1. SEGURANÇA-DA-EXECUÇÃO E EXECUÇÃO-PARA-SEGURANÇA: O CONTRIBUTO DE PONTES DE MIRANDA.....	464
3.2. PERIGO DE DANO IMINENTE X PERIGO DA DEMORA	466
3.3. IMPORTÂNCIA – E SUBSISTÊNCIA – DA TUTELA CAUTELAR.....	470
4. A “TUTELA PROVISÓRIA” DO CPC/15.....	471
4.1. A TUTELA CAUTELAR E SUA – AINDA MAIS – INCIPIENTE AUTONOMIA.....	472
4.2. QUEBRA DA AUTONOMIA PROCEDIMENTAL DA TUTELA CAUTELAR: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CAUTELAR.....	474
4.3. SOBRE A (DES)NECESSIDADE DE UM LIVRO ESPECÍFICO AO PROCESSO CAUTELAR.....	474
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	476
6. BIBLIOGRAFIA	477

Capítulo 22 ► Estabilização, modificação e negociação da tutela de urgência antecipada antecedente: principais controvérsias..... 481

Bruno Garcia Redondo

1. INTRODUÇÃO	481
2. PROCEDIMENTOS ANTECEDENTES DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NO CPC/2015.....	482
3. TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE: LINHAS GERAIS....	483
4. CONTROVÉRSIAS QUE ENVOLVEM A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ANTECEDENTE.....	486

5. CONTROVÉRSIA A RESPEITO DA MODIFICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE ESTABILIZADA	494
6. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ENVOLVENDO A TUTELA DE URGÊNCIA	501
7. BIBLIOGRAFIA	503

Capítulo 23 ► Tutela cautelar no novo CPC 505

José Herval Sampaio Júnior

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PANO DE FUNDO DA TEMÁTICA ABORDADA	505
2. TUTELAS DE URGÊNCIA NO CPC ATUAL E TUTELAS PROVISÓRIAS NO NOVO CPC	506
3. TUTELA CAUTELAR	508
3.1. ASPECTOS GERAIS	508
3.2. DO TRATAMENTO NO NOVO CPC	512
3.2.1. GENERALIDADES ÍNSITAS AS TUTELAS DE URGÊNCIA	512
3.2.2. DAS TUTELAS CAUTELARES ANTECEDENTES	514
3.2.3. DO RECURSO CABÍVEL PARA OS DEFERIMENTOS DA TUTELA CAUTELAR	516
4. TUTELA CAUTELAR DE OFÍCIO	516
5. CONCLUSÕES	517
6. BIBLIOGRAFIA	518

Capítulo 24 ► Estabilização da Tutela Antecipada no Código de Processo Civil de 2015 521

Eduardo Scarparo

1. INTRODUÇÃO	521
2. ALGUMAS BREVES NOTAS SOBRE OS FUNDAMENTOS POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICOS DO MODELO PROCESSUAL CIVIL CONTINENTAL	523
3. SOBRE O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS TUTELAS DE URGÊNCIA, CONSOANTE AS NOÇÕES DE DEPENDÊNCIA E AUTONOMIA	528
4. O SISTEMA PREVISTO NO CPC/2015 E AS PERSPECTIVAS DE SEU DESENVOLVIMENTO	534
5. BIBLIOGRAFIA	542

Capítulo 25 ► Doze problemas e onze soluções quanto à chamada “estabilização da tutela antecipada” 545

Heitor Vítor Mendonça Sica

1. INTRODUÇÃO	545
2. QUAIS SÃO AS CONDIÇÕES PARA O CABIMENTO DA TÉCNICA DE ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA?	548

2.1. PRIMEIRA CONDIÇÃO: QUE TENHA HAVIDO DEFERIMENTO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA SATISFATIVA PEDIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	548
2.2. SEGUNDA CONDIÇÃO: QUE TENHA HAVIDO PEDIDO EXPRESSO DO AUTOR.....	549
2.3. TERCEIRA CONDIÇÃO: QUE A DECISÃO TENHA SIDO PROFERIDA LIMINARMENTE, INAUDITA ALTERA PARTE.....	551
2.4. QUARTA CONDIÇÃO: QUE O RÉU NÃO TENHA INTERPOSTO RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE DEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA.....	551
3. EM QUE CONSISTE A PROJETADA “ESTABILIDADE”?.....	552
3.1. EFICÁCIA VERSUS IMUNIDADE E ESTABILIDADE.....	552
3.2. IMUNIDADE VERSUS ESTABILIDADE.....	553
4. OUTROS DEZ PONTOS PROBLEMÁTICOS.....	556
4.1. SE O RÉU APENAS SE DEFENDE (MAS NÃO RECORRE) E APRESENTA ELOQUENTES ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS CONTRÁRIOS À TESE DO AUTOR, O JUIZ ESTÁ OBRIGADO A EXTINGUIR O PROCESSO?.....	556
4.2. A ANTECIPAÇÃO PARCIAL DE TUTELA É PASSÍVEL DE ESTABILIZAÇÃO?.....	557
4.3. A ESTABILIZAÇÃO PODE OCORRER NO TOCANTE A DIREITOS INDISPONÍVEIS?.....	557
4.4. A ESTABILIZAÇÃO SE APLICA QUANDO SE TRATA DE ANTECIPAÇÃO EM FAVOR DO RÉU?....	558
4.5. QUANDO DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA, HÁ CONDENAÇÃO A VERBAS SUCUMBENCIAIS?.....	558
4.6. A DECISÃO ESTABILIZADA SUJEITA-SE À REMESSA NECESSÁRIA?.....	559
4.7. QUAIS SÃO OS IMPACTOS DA SUPERVENIÊNCIA DE AÇÃO AUTÔNOMA DE IMPUGNAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ESTABILIZADA?.....	560
4.8. APLICA-SE A ESTABILIZAÇÃO AO PROCESSO COLETIVO?.....	560
4.9. APLICA-SE A ESTABILIZAÇÃO À AÇÃO RESCISÓRIA?.....	560
4.10. O QUE É TUTELA CAUTELAR E O QUE É TUTELA SATISFATIVA PARA FINS DE ESTABILIZAÇÃO? UM PROBLEMA SEM SOLUÇÃO.....	561
5. BALANÇO CRÍTICO.....	563
6. BIBLIOGRAFIA.....	564

Capítulo 26 ► Adequações procedimentais para a tutela satisfativa antecedente no Código de Processo Civil/2015..... 567

Marco Paulo Denucci Di Spirito

1. INTRODUÇÃO.....	567
2. A TÉCNICA MONITÓRIA VIA TUTELA SATISFATIVA ANTECEDENTE.....	569
3. PROBLEMAS E SOLUÇÕES PARA O PROCEDIMENTO DA TUTELA SATISFATIVA ANTECEDENTE.....	571
3.1. O PEDIDO DE TUTELA DEFINITIVA.....	571
3.2. A OBRIGATORIEDADE DE ADITAMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.....	572

3.3.	O ÔNUS DE INFORMAR PREVISTO NO ART. 303, § 5º	573
3.4.	O MOMENTO PROCESSUAL DESTINADO À MANIFESTAÇÃO DO RÉU	574
3.5.	INTERCORRÊNCIAS PROCESSUAIS E SOBREPOSIÇÕES ENTRE OS MOMENTOS DESTINADOS À MANIFESTAÇÃO DO RÉU E AO ADITAMENTO DA INICIAL.....	576
3.6.	A RESPOSTA DO RÉU APÓS O ADITAMENTO DA INICIAL.....	580
3.7.	SOBRE O DIREITO DO RÉU A UMA RESPOSTA JUDICIAL DEFINITIVA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO PARA A TUTELA SATISFATIVA ANTERECEDENTE.....	583
4.	CONCLUSÕES	587
5.	BIBLIOGRAFIA	591

PARTE III TUTELA PROVISÓRIA DE EVIDÊNCIA

Capítulo 27 ► Uma visão geral da tutela da evidência no novo Código de Processo Civil 595

Anna Paola de Souza Bonagura

1.	INTRODUÇÃO	595
2.	NOÇÕES DE TUTELA DIFERENCIADA, TUTELA DA EVIDÊNCIA E DIREITO EVIDENTE	595
3.	A TUTELA DA EVIDÊNCIA NO NCPC	598
4.	BIBLIOGRAFIA	603

Capítulo 28 ► A tutela de evidência e a urgência no novo Código de Processo Civil 605

Mirna Cianci

BIBLIOGRAFIA.....	613
-------------------	-----

Capítulo 29 ► Tutela provisória de evidência 615

Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira

1.	INTRODUÇÃO	615
2.	TUTELA DEFINITIVA: SATISFATIVA E CAUTELAR	615
3.	“TUTELA PROVISÓRIA”: ANTECIPAÇÃO PROVISÓRIA DOS EFEITOS DA TUTELA DEFINITIVA	616
3.1.	GENERALIDADES	616
3.2.	CARACTERÍSTICAS	618
3.3.	ESPÉCIES DE TUTELA PROVISÓRIA: SATISFATIVA (ANTECIPADA) E CAUTELAR.....	618
3.4.	FUNDAMENTO: URGÊNCIA OU EVIDÊNCIA	619

4. TUTELA PROVISÓRIA DE EVIDÊNCIA	620
4.1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	620
4.2. PRESSUPOSTOS.....	622
4.2.1. NOÇÕES INICIAIS	622
5. TUTELA DE EVIDÊNCIA PUNITIVA. ATOS PROTETÓRIOS E ABUSIVOS DA PARTE	623
6. TUTELA DE EVIDÊNCIA DOCUMENTADA FUNDADA EM PRECEDENTE OBRIGATÓRIO.....	628
7. TUTELA DE EVIDÊNCIA DOCUMENTADA DE CONTRATO DE DEPÓSITO	631
8. TUTELA DE EVIDÊNCIA DOCUMENTADA NA AUSÊNCIA DE CONTRAPROVA DOCUMENTAL SUFICIENTE.....	632

Capítulo 30 ► Breves considerações sobre a tutela da evidência no CPC/2015 635

*Lúcio Grassi de Gouveia, Antônio Carlos F. de Souza Júnior e
Luciana Dubeux Beltrão Alves*

1. INTRODUÇÃO	635
2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ASPECTOS GERAIS DA TUTELA DE EVIDÊNCIA	636
3. COMPATIBILIZAÇÃO DAS HIPÓTESES NORMATIVAS DE CARACTERIZAÇÃO DA EVIDÊNCIA NO SISTEMA PROCESSUAL DO CPC-2015	639
4. A TUTELA DA EVIDÊNCIA POR ABUSO DO DIREITO DE DEFESA E EM FACE DO MANIFESTO PROPÓSITO PROTETÓRIO DA PARTE	642
5. TUTELA DA EVIDÊNCIA EM FACE DA POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO APENAS DOCUMENTAL DAS ALEGAÇÕES DE FATO COM EXISTÊNCIA DE TESE FIRMADA EM JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS OU EM SÚMULA VINCULANTE A AMPARAR A PRETENSÃO DO AUTOR	644
6. TUTELA DA EVIDÊNCIA PARA DETERMINAR A ENTREGA DO OBJETO CUSTODIADO, SOB PENA DE MULTA, NO CASO DE PEDIDO REIPERSECUTÓRIO FUNDADO EM PROVA DOCUMENTAL ADEQUADA DO CONTRATO DE DEPÓSITO	644
7. TUTELA DA EVIDÊNCIA NO CASO EM QUE A PETIÇÃO INICIAL FOI INSTRUÍDA COM PROVA DOCUMENTAL SUFICIENTE DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DO AUTOR, NÃO TENDO O RÉU CONSEGUIDO OPOR PROVA CAPAZ DE GERAR DÚVIDA RAZOÁVEL.....	645
8. TUTELA DA EVIDÊNCIA CONCEDIDA LIMINARMENTE	646
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	646
10. BIBLIOGRAFIA	647

Capítulo 31 ► A tutela da evidência fundada nos precedentes judiciais. 649

Lorena Guedes

1. INTRODUÇÃO	649
2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NAS TRADIÇÕES JURÍDICAS DE CIVIL LAW E DE COMMON LAW	651

3.	OS PRECEDENTES JUDICIAIS COMO FONTE DO DIREITO E AS TÉCNICAS DE APLICAÇÃO E DE SUPERAÇÃO	654
4.	DAS TUTELAS E DO PROVIMENTO JURISDICIONAIS.....	659
5.	DAS TUTELAS DE URGÊNCIA À TUTELA DE EVIDÊNCIA	660
6.	TUTELA DA EVIDÊNCIA FUNDADA NOS PRECEDENTES JUDICIAIS	665
7.	CONCLUSÃO.....	667
8.	BIBLIOGRAFIA	668

Capítulo 32 ► Tutela antecipada de evidência fundada nos precedentes judiciais obrigatórios 671
Lucas Buril de Macêdo

1.	O NCPC, A TUTELA DE EVIDÊNCIA E O ESTABELECIMENTO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	671
2.	NOÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE OS PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	674
3.	A TUTELA ANTECIPADA FUNDADA NA EVIDÊNCIA DO DIREITO E SUA REGULAÇÃO NO NCPC	679
3.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS QUANTO À TÉCNICA ANTECIPATÓRIA	679
3.2.	COMPREENSÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	681
3.3.	PROCEDIMENTO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA NO NCPC	684
3.4.	DIRETRIZES PARA A APLICAÇÃO DA TUTELA DE EVIDÊNCIA FUNDADA EM PRECEDENTE OBRIGATÓRIO	686
4.	CONCLUSÕES	695

ANEXO ► Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre Tutela Provisória 697